

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

Ao décimo dia do mês de Junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://meet.google.com/ysm-uwwg-dgr>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais**: Ana Felícia Bodstein (SEJUF) - Titular, Kelly Letchakowski (SEJUF) – Suplente, Saul Dorval da Silva (Casa Civil/SUDIS) – Titular, Edson Belo Clemente de Souza (SETI) – Suplente, Danilo Peres Buss (SECC) – Titular, Jefferson de Oliveira Salles (SEED) – Titular, Rosane Souza Freitas (SESA) – Suplente, Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP) – Titular; **Conselheiros Sociedade Civil**: Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Deusa Gisely Teixeira Rodrigues (Cáritas Londrina) – Titular, Marcos Vinicius Regazzo (Cáritas Regional PR) – Suplente, Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular, Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente, Rima Awada Zahra (CRP) – Titular, Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP) – Suplente, Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular: Elizete Sant Anna de Oliveira e Suplente :Nadine Hyppolite Sylvain - (Pastoral do Migrante). Convidados e demais participantes da reunião: Aieda Muhieddine, Ana Julia Franco, André Martini, Claudia Giovannetti (OIM), Ediane de Paula, Gabriela Teixeira, Isabella Traub, Janaina Cristiano, Julia Crubellate, Juliana Tubini, Khalyd Artigas, Luana Lubke (SEJUF-DAS), Lucas Maier, Luiza Gagliardi, Nadia Floriani, Regina Suenes, Roselene Sonda (MPPR), Tatyana Friedrich, Vitor Jasper, Ana Bela Batista, Gabriela Gonçalves Nogarolli (MPPR), Graziella Molina e Jane Vasques. **1. Abertura**: O vice-presidente do conselho, prof. Jefferson de Oliveira Salles, informou de sua responsabilidade como condutor desta reunião, uma vez que a presidente Márcia enfrentara problemas e não pode fazê-lo; assim, saudou a todos os presentes e deu início à reunião. **2. Apreciação e Aprovação das Pautas**: pauta aprovada. Durante a apreciação, fora repassada a informação de que poderia haver problemas na participação de representantes de Foz do Iguaçu na próxima reunião ampliada do conselho – no caso, no dia 24/06/2021 -, conforme havia sido combinado, haja vista que é feriado municipal na cidade; considerando que Foz do Iguaçu tem questões decisivas a serem tratadas, como o fato de ser o único município onde a fronteira está aberta, a conselheira Kelly propôs ao vice-presidente que colocasse em votação a substituição das participações da reunião ampliada de agosto, que contaria com a presença de Pinhais, Piraquara, Colombo e Campo Largo, passando, portanto, estes participantes para a reunião de junho, enquanto a presença de Foz do Iguaçu e Cascavel ficaria acordada para Agosto, afinal; votação aberta: alteração aprovada pelo CERMA. A secretaria executiva Jane informou, entretanto, que a problemática já havia sido identificada pela mesa diretora, o que freou o envio de documentação aos municípios; explanou também que a orientação pelo mantimento da reunião ampliada no dia 24/06/2021 poderia ser problemática, haja vista que o tempo entre o envio do ofício de convite aos municípios (Pinhais, Piraquara, Colombo e Campo Largo) e a resposta destes pode ser insuficiente, a partir da data da presente reunião. Tendo agora novas informações, abriu-se nova votação, mas para a troca de sequências de reuniões: a solicitação é de que se realize a reunião plenária ordinária do CERMA no 24/06/2021, e que fique para Julho, dia 29/07/2021, a então reunião descentralizada, mantendo a ordem ulterior com a presença das representações de Foz do Iguaçu e Cascavel, a qual seria seguida de mais uma outra reunião

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

descentralizada em agosto, mantendo-se com Pinhais, Piraquara, Colombo e Campo Largo, como supracitado, o que alteraria a sequência mensal previamente definida, evidentemente, mas garantiria as participações dos municípios. Proposta aprovada, reuniões definidas. A Sec. ainda disse que o tempo de fala delegado a cada município durante cada reunião será melhor determinado quando houver confirmação de presença, assim como será melhor compreendido após o enquadramento do que será solicitado na fala; após tais ajustes, a informação do tempo de fala definido pode ser repassado aos representantes dos municípios no início da reunião. **3. Aprovação da Ata de Abril de 2021:** a SEC informou o recebimento de solicitação de alteração apenas da conselheira Lucimar, o qual já fora realizado e, posteriormente, reencaminhado a ela; por isso, reforçou mais uma vez que os conselheiros enviem solicitações de alteração anteriormente à reunião, a fim de conferir celeridade às ações deste sentido. Jane ainda solicitou que demais alterações sejam encaminhadas por e-mail, mesmo após a reunião. Entretanto, a conselheira Andressa disse que haveria um problema agora a ser tratado com a mesa diretora ante as informações passadas pela Secretaria, pois se as alterações na ata são realizados por e-mail e o conselho não tem acesso ao documento, portanto, modificado, a aprovação deste fica prejudicado pela ausência de informações, além de não haver sentido o mantimento de um ponto de pauta cujo objetivo é avaliar a aprovação da ata; portanto, solicitou que a mesa diretora avalie a situação para dar o parecer quanto ao ponto de pauta. Após a exposição, então, a secretária informou que enviará a ata corrigida e a aprovação desta fica suspensa até a próxima reunião, no dia 24/06/2021. Para as próximas atas, o encaminhamento estabelecido foi: as correções continuam sendo solicitadas por e-mail, com prazos determinados de acordo com a proximidade da próxima reunião, e a sec. assume a prerrogativa de encaminhar a ata então corrigida aos conselheiros com tempo hábil para leitura até a aprovação na plenária; quanto aos lapsos de envio das atas, por conta da ausência de informação na lista de e-mail, esta demanda, informou-se, já está sendo suprida. **4. Relato das Comissões: 4.1 – Comissão de Comunicação e Eventos: Data: 10/06/2021. Conselheiros e Colaboradores:** Andressa Gongora – ARAS Cáritas Maringá; Danilo; Renato. **Colaboradores ou GT:** Jane – SEJUF/DEDIF; Pedro – SEJUF/Comunicação. A conselheira Andressa realizou a relatoria. Andressa informou que a comissão realizou uma reunião com a mesa diretiva, onde foram expostas propostas que a própria mesa sinalizou estar de acordo. Portanto, encaminhou-se um ofício do setor de Comunicação da SEJUF solicitando uma reunião com um técnico responsável do dpto. para que algumas dúvidas sejam sanadas em relação aos impeditivos e orientações quanto às publicações, além de apresentar uma proposta de criação de redes sociais do conselho e questões referentes ao site institucional. Assim sendo, a reunião aconteceu no dia 10/06/2020 pela manhã e os esclarecimentos foram obtidos; portanto, agora elabora-se um plano com a proposta para a criação das redes e atualização do site – o plano será apresentado na próxima plenária. O vice-presidente sugeriu aos conselheiros que enviem aos membros da comissão os materiais que tiverem para disponibilizar no site e nas redes. **4.2 - Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos: Data: 25/05/2021. Conselheiros e colaboradores:** Juliana Silva – CRESS, Kelly Letchakowski e Ana Felicia Bodstein – SEJUF/DEDIF/DMRA, Luciane Costa – SEJUF/DAS, Claudio Marques – SESP. **Colabores ou GT:** Luana Lubke – SEJUF/DAS, Vitor Jasper – UFRJ, Izabel Araujo Neckel – PUC/PR, Isabella Traub - Instituto de

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Políticas Públicas Migratórias. **Coordenador:** Juliana Mara. Relator: Kelly Letchakowski.

1.Pauta: - Relato do GT ocupações; -Protocolo nº17.611.443-6; - Ofício à ALEP; e - CPF para migrantes. Histórico: - Na reunião do GT sobre ocupações, realizada no dia 19/05/2021, é colocado a situação de possíveis vendas de terrenos à migrantes, de forma ilegal na ocupação em Araucária. O debate iniciado no GT é levado para a comissão, após a fala da professora Isabel alertando sobre a vulnerabilidade e delicadeza que as ações nas ocupações devem ter para não expor ainda mais os migrantes e os moradores a situações de risco; - Protocolo nº17.611.443-6, referente ao Ofício nº052/2021 CERMA – posicionamento do CERMA sobre os documentos para contratação de migrantes; - Isabella Traub fala do ofício à ALEP sobre a inclusão dos migrantes ao fundo de combate à pobreza, compartilhar com o conselho sobre a reunião do DMRA e a Receita Federal. **O Parecer da Comissão:** 1 – Sobre as ações nas ocupações, foi acordado por todos os presentes na reunião da comissão, montar um pequeno grupo, para uma visita à ocupação de Araucária, para esse primeiro contato; 2 - Sobre o protocolado sugere-se o encaminhamento à AT SEJUF, considerando suas atribuições esclarecendo as normas da CLT informada pelo DET; 3 - Sobre o ofício a ALEP será encaminhado a mesa diretiva para aprovação; 4 - Proposta de convidar a Receita Federal para a reunião de julho para que possam apresentar a nota técnica que estão elaborando, com procedimentos de atendimento à migrantes; 5 - Sugestão de um ofício do CERMA solicitando dados a PF. Em relação à venda de lotes, após o relato, o vice-presidente pediu que se estabeleça contato com a associação que represente os migrantes, caso ela exista, desse local em especial, e divulgar a situação, haja vista que a apropriação indevida de terreno é crime; a intenção da divulgação é que os migrantes possam realizar denúncias após ter contato com a informação. **4.3 – Comissão de Gestão da Informação:** A conselheira Elisete realizou a leitura do relato. No dia 21/05/2020, de maneira remota, aconteceu a reunião mensal da comissão. Estiveram presentes: Elisete – Pastoral dos Migrantes, Edson – SETI, Tatiana – UFPR, Isabel; justificaram ausência: Deusa e Eliane – Cáritas Londrina. Convidada: Isabella Traub. 1 – Um ofício enviado em Fevereiro pelo Conselho Permanente dos Direitos Humanos – PR havia um prazo para a resposta, de 15 dias; contudo, como recebeu-se o ofício posteriormente à reunião de abril, a conversa acerca de tal ofício ficou para Maio, onde ficou determinado que a conselheira Elisete estabeleceria contato direto com Claus Lopes, então vice-presidente do COPED/PR; em conversa por telefone, Elisete recebeu a informação de que a gestão fora alterada do COPED, e, portanto, ocorreu a solicitação de que se aguarde o processo de nova composição, que enviará ao CERMA/PR um ofício. 2 – Mapeamento das Universidades: a proposta é de que se organize o questionário com perguntas relacionadas ao tema da migração e enviar para as ouvidorias das universidades públicas e particulares, inclusive as tecnológicas e institutos federais, se possível – por isso, exige-se que se pesquise o local de envio para além das ouvidorias, pois hoje, com a lei de acesso à informação, faz-se necessário buscar os canais a fim de que seja possível acessar os dados mais próximos o possível da realidade; a proposta, sendo assim, é de ter informação às ações prestadas de serviços aos migrantes e também se estes estão acessando a continuidade dos estudos em todos os níveis; no futuro, com tais articulações, compor uma rede solidária das universidades e fortalecê-la em vista da tríade de ensino, pesquisa e extensão – portanto, tal projeto embrionário poderá ser organizado a partir de tal

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

mapeamento e pesquisa realizado junto às universidades no Paraná. Ainda em relação ao mapeamento, continuou a relatora, solicitar-se-á à mesa diretiva do CERMA/PR que os ofícios que serão direcionados às Universidades no Estado do Paraná deverão ser feitos pela comissão e encaminhadas à mesa ou poderão ser encaminhados pela comissão; lembrou-se também que a ideia passa pela utilização da ferramenta do google forms para a pesquisa e mapeamento inicial. Adiante, relatoria expôs que o Prof. Edson solicitou a inclusão de dois estudantes, futuros mestrandos de geografia UEPG, na comissão de gestão da informação como convidados, o que foi acatado e concordado pelos demais presentes na reunião. Acolheu-se, ainda, a nova conselheira suplente, Ediane, da Cáritas Londrina; agradeceu-se à Fabrícia por sua presença e participação durante seu período no CERMA/PR e na comissão. A relatora contou que a comissão reafirmou a importância da presença dos conselheiros nas reuniões da comissão, considerando inclusive que o calendário já fora elaborado e disponibilizado e que o fortalecimento do conselho passa, afinal, pelas ações de seus grupos, como as comissões. Expôs-se o compromisso de envio dos relatórios dos meses anteriores para a Sec. do CERMA/PR. Encerrado o relato, Roselene esclareceu que o ofício do COPED/PR refere-se à produção de uma cartilha que o conselho está fazendo; assim, disse que o ofício não chegou no momento certo ao CERMA/PR, já que a intenção era que este os subsidiassem com o ofício em casos verídicos ou criados de violação aos direitos humanos, a fim de que o COPED/PR cumprisse sua intenção de encaminhar para os conselhos de direitos, que tem a ver com tais violações, para que os conselhos pudessem responder com orientações de como proceder a denúncia e demais informações que seriam incluídas na cartilha; como o ofício não chegou a tempo, a cartilha já encontra-se em fase de diagramação, mas, de todo modo, o nome do conselho constará em uma página. O vice-presidente leu as mensagens do Alisson e do Renato Souza colocando-se à disposição para participar do GT. Já o conselheiro Edson questionou, intermediando uma pergunta feita pela UEPG, em relação ao processo de vínculo à instituição Cátedra Sérgio Vieira de Melo; Juliana respondeu que o escritório de São Paulo é responsável pelos estados do sul e sudeste e ela tem contatos na área de proteção, ponte focal para a Cátedra, portanto disse que pode estabelecer a conexão entre as partes. **Parecer da Comissão:** Os encaminhamentos serão direcionados à Sec. e esta os enviará à mesa diretiva. **4.4 – Comissão de Monitoramento e Políticas Públicas: DATA:** 27/05/2021. **CONSELHEIROS:** Rima Awada – CRP-PR; Edson Belo – SETI; Marcos Regazzo – CÁRITAS; Rosane Freitas – SESA. **COLABORADORES OU GT:** Gabriela Carvalho Teixeira – NUPSIM/CRP-PR; Roselene Sonda – MPPR; Renato Souza Paulo – CAEBE; Isabella Traub; Juliana Tubini – ACNUR; Cláudia Giovannetti – OIM; Ana Felícia – SEJUF/DEDIF; Kelly Letchakowski-SEJUF/DEDIF; Gabriela Nogarolli – MPPR. Coordenador: Rima Awada e Marcos Regazzo Relator: Gabriela Teixeira. A conselheira Rima relatou que no dia 27/05/2020, pela manhã, a comissão discutiu a organização do GT de implementação do Plano Estadual. GT Implementação do Plano Estadual. 1. Pauta/Histórico: Discutiu-se em reunião a organização do GT de Implementação do Plano Estadual em duas frentes de trabalho, um grupo irá se debruçar sobre a redação do Plano em conjunto com a equipe técnica da SEJUF/DEDIF e outro irá articular com as Secretarias o compromisso orçamentário com o Plano. **Parecer da Comissão/GT:** ● Definiu-se a coordenação do GT - Conselheiros(as) Rima e Marcos, e as reladoras - Isabella e Gabriela. ● Indicadores. Foi

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

enviado para cada secretaria o novo Plano e um ofício com as recomendações do GT do Plano Estadual para a elaboração dos indicadores, via SEJUF/DEDIF, no dia 19/05, com prazo de 30 dias para resposta. Foi definido enviar um ofício via CERMA, reiterando a necessidade de resposta do ofício enviado pela SEJUF/DEDIF, verificar se há dificuldades na elaboração dos indicadores e nos colocar à disposição para uma reunião, caso necessário; sinalizar que será realizado uma oficina com OIM e ACNUR sobre o preenchimento dos indicadores. Vamos aguardar o retorno das secretarias para definir a data (indicação: fim de junho). Sinalizar, ainda, tendo em vista o prazo de cada secretaria para a finalização da proposta orçamentária, que o ofício deve ser respondido o mais breve possível. • Orçamento. Aguardar a resposta das secretarias, para agendar posterior reunião com secretários de cada pasta, a coordenadora da política Ana Felícia, Conselheiro da secretaria no CERMA, Mesa Diretora e representante GT, para acordar o compromisso orçamentário das secretarias com o Plano. Ana Felícia verificará o prazo de encerramento das propostas orçamentárias de cada secretaria (compartilhar no grupo). Foi definido o grupo responsável pela redação do Plano: SEJUF (Kelly e Ana Felícia), Gabriela, Isabella, Edson, Renato (arte/design), Cláudia (OIM - apoio técnico da redação). O processo de escrita será acompanhado também pelos demais integrantes do GT.

**Parecer do CERMA:** Aprovar o envio de um ofício, reiterando a necessidade de resposta do ofício enviado pela SEJUF/DEDIF com as orientações para elaboração dos indicadores, verificar se há dificuldades na elaboração dos indicadores e nos colocarmos à disposição para uma reunião, caso necessário; sinalizar que será realizado uma oficina com OIM e ACNUR sobre o preenchimento dos indicadores. Sinalizar, ainda, tendo em vista o prazo de cada secretaria para a finalização da proposta orçamentária, que o ofício deve ser respondido o mais breve possível.

**5. Relato GT Nova Esperança:** já realizado junto à relatoria da Comissão de Garantia de Direitos.

**6. Nota Técnica – DAS:** A Sec. Jane informou que a conselheira Luciane já justificou sua ausência pela tarde. Assim sendo, a Luana, residente técnica, é quem está na atribuição de explanação da nota técnica. A palavra passou à Luana, que manifestou que a nota técnica trata-se de um documento que se começou a construir na equipe de proteção social especial do DAS/SEJUF, e posteriormente ela foi discutida em uma reunião da Comissão de Garantia de Direitos do CERMA/PR, sendo, em tal momento, complementada e finalizada, o que possibilitou seu envio aos conselheiros – ação também já executada. A partir de então, introduziu a explanação geral: iniciou retomando a necessidade fundamentou a construção de tal nota técnica, e para tal narrou a história, já exposta no conselho, da menina venezuelana que se encontrava em Roraima, com sua madrinha, mas separada de seu pai, que estava no interior do Paraná; o pai da menina, evidentemente, tentava trazê-la para o Estado, junto dele, para qual o DAS logo iniciou as tratativas que tornassem viável a vinda, estabelecendo contato com diferentes entidades e instituições, como o Conselho Tutelar de Roraima, mas logo se depararam com uma série de empecilhos – o Conselho Tutelar, por exemplo, exprimiu que a situação de bandeira vermelha deflagrada pelo coronavírus impedia a busca ativa dessa menina, que se encontrava em situação de rua. O contato estabelecido com a Secretaria de Assistência Social do Município tratou de repassar informações que fornecessem orientação dos recursos que poderiam e deveriam ser utilizados para que a menina pudesse se deslocar ao Paraná, mas receberam apenas a negativa da Secretaria em questão. Sem

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

resoluções, contou a Luana, o pai da criança por ele mesmo realizou um empréstimo financeiro e fora pessoalmente buscar sua filha. Com isso, a situação específica demonstrou um grande despreparo da rede proteção em lidar com temas de tal natureza, sejam crianças separadas somente ou até mesmo absolutamente desacompanhadas, sem nenhum adulto com quem tenham vínculo. Portanto, urge a incumbência de se escrever um documento orientativo, o qual é tratado na nota técnica, contendo conteúdos que sejam esclarecedores especialmente aos que não trabalham com a temática, pautando o atendimento. A residente também prosseguiu com um esclarecimento de uma dúvida suscitada na plenária anterior, entre a diferença de orientação técnica e nota técnica: expressou que os processos dentro da SEJUF acontecem através de um processo informatizado chamado e-protocolo, sistema pelo qual a demanda chegou à DAS; quando se pretende responder às demandas, escreve-se informações técnicas, documentos oficiais e manifestações das equipes técnicas da secretaria – portanto, a resposta encaminhada ao CERMA/PR fora de tal enquadramento, compartilhada com todos os conselheiros, explicando o passo a passo realizado, aportando a necessidade de se escrever uma orientação técnica, sendo este um documento de característica um tanto mais interna de tramitação. A nota técnica, de outro modo, tem em seu horizonte de expectativas informar à rede de proteção de Crianças e Adolescentes, sejam instituições que trabalhem com os migrantes especificamente ou não, sobre os elementos essenciais no direcionamento de tais casos de crianças desacompanhadas ou separadas de suas famílias; portanto, uma característica de informação externa, com o objetivo de ser divulgada para as equipes dos municípios, afinal. Sendo assim, Luana esmiuçou o conteúdo da Nota Técnica e salientou que os conselheiros teriam abertura para apontar complementações e/ou questionar informações ali expressas: a primeira parte da Nota contém uma breve justificativa e uma contextualização da questão migratória no Brasil, contando com alguns dados acerca do assunto; em um segundo momento, expõem-se os instrumentos jurídicos e garantias de direitos, comentando brevemente sobre a convenção de direitos da criança e do adolescente de 1999, além de elementos essenciais do tema de modo geral, constando o documento que demonstra acerca de se priorizar que crianças permaneçam com suas famílias sempre que isso for possível e viável; já a terceira parte expõe alguns pontos que são importantes de serem consideradas pelas equipes ao receberem os casos de crianças separadas ou desacompanhadas, baseados, evidentemente, nos instrumentos normativos, como a necessidade de compreensão do contexto da criança em todos os níveis possíveis; a Nota ainda apresenta algumas entidades e órgãos que podem auxiliar no atendimento ou plenamente realizá-lo e trata de alguns aspectos pontuais que não devem ser preteridos, como o sigilo de informações e a melhor condução de esclarecimento à criança do que está acontecendo com ela – levando-se em conta sua idade e, obviamente, sua capacidade de compreensão e as barreiras linguísticas; quanto a questões estritas da Assistência Social, a Nota ainda orienta para a possibilidade de concessão de benefícios eventuais à criança e às famílias e a priorização do acolhimento, da criança e da pessoa a acompanha, caso a criança com ela tenha vínculo, e na ocasião da criança não estar desacompanhada; questões conceituais referentes ao tema migratório também estão dispostas na Nota. Encerrada a apresentação, abriu-se espaço para fala dos conselheiros e convidados. Gabriela Teixeira questionou, do ponto da Nota que expõe uma lista de

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

instituições que trabalham com a temática, se não seria proveitoso uma explanação breve de quais seriam as atribuições dos espaços e/ou o que estes poderiam realizar referente ao assunto de crianças separadas/desacompanhadas, o que facilitaria o contato; Gabriela Gonçalves, do MP, complementou a fala disse que seria interessante incluir na lista o próprio Ministério Público do Estado e o que ele realiza em referência ao assunto; enquanto a conselheira Juliana opinou a troca do termo “órgãos responsáveis” por uma nomenclatura adequada, da qual a conselheira Elisete sugeriu “redes de assistência”; ainda sobre o assunto, Elisete prosseguiu com a palavra exprimiu que como a Nota será publicada pelo CERMA, seria condizente incluir na lista as demais entidades da soc. civil que compõe o conselho, além de incluir as universidades – já que estas realizam um papel importante no assunto. Luana demonstrou acatar e concordar com todas as sugestões, as quais são adicionadas com o auxílio das que as propuseram. Cláudio disse à Gabriela Gonçalves sobre a necessidade de aprimoramento do fluxo de informações, questão que foi posta pela visualização da perda de informações que acomete o processo com o exagero de repasses dentro do setor público, quando poderia chegar diretamente ao Núcleo de Proteção, dificultando, evidentemente, o inquérito policial; portanto, também, sugeriu que os órgãos de segurança pública estejam presentes e incluídos na lista, haja vista sobretudo sua característica de ação e intervenção emergencial imediata. Cláudia propôs que o trabalho também mencione e visualize os casos em que as crianças estejam fora do Estado, e citou que em Roraima, o caso-exemplo, havia um trabalho do Gov. Federal junto a agências da ONU que pauta o acolhimento inclusive na perspectiva do transporte humanizado, o qual poderia ser acionado imediatamente; disse também que o Paraná foi o Estado que mais recebeu migrantes venezuelanos interiorizados pelo trabalho citado, portanto, evidenciando a imprescindibilidade de se pensar a construção de um fluxo de encaminhamento que envolva reuniões familiares a nível nacional – colocou sua instituição à disposição para atuar no fluxo, inclusive por fazer parte da chamada “Operação Acolhida”. Em relação à fala da Cláudia, Luana disse replicou que a citação à operação será melhor exposta, já que ficou marginalizada na Nota, e ainda disse que o contato com o posto de trabalho da operação foi estabelecido para tratar do caso específico supracitado, passando-se as informações necessárias; contudo, não se mencionou, esclareceu, que a criança ainda lidava com certos problemas neurológicos, e sofreu uma crise no meio tempo entre a resolução pela operação – diante disso, o pai debandou apressado e acabou por lidar com o tema sozinho. Prossequindo, a palavra passou à Roselene Sonda, que pediu esclarecimentos, justificando não ter compreendido profundamente o objetivo da Nota Técnica; em sequência, reportou-se ao Cláudio em relação a sua fala, e expressou que em todas as vezes que acontece violação de direitos humanos a orientação é para que se dirija à delegacia, enquanto o MP realiza apenas o acompanhamento do inquérito – entretanto, demarcou que essa é uma situação vivida no centro do apoio, sendo palpável a possibilidade de uma realidade diferente em outras áreas, incorrendo-lhes uma compreensão difusa. A Luana respondeu à Roselene quanto ao objetivo da Nota: disse que esta tem como propósito dispor elementos para embasar o atendimento crianças migrantes nas políticas públicas, o qual fora estabelecido a partir da visualização dos lapsos que se expuseram na tratativa do caso específico e já mencionado. O vice-presidente ainda citou também a inclusão no documento da Secretaria Municipal de Educação, seja ela de quaisquer dos municípios condizentes.

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Encaminhamento: ficou definido que os que propuseram modificações e inclusões reunir-se-ão com a residente técnica Luana para ajustar o documento, afinal, com tais alterações; após a ação, repassarão o documento à Secretaria Executiva e esta colocará a aprovação da Nota Técnica como ponto de pauta da próxima reunião. **7. Informes:** A Sec. informou que não houve nenhuma substituição de conselheiros; informou ainda que o decreto ainda não foi publicado por conta de atrasos relacionados à Casa Civil, que está acometendo inclusive demais situações além destas, em outros conselhos. Justificativas de ausência: Luciane. Quanto às reuniões do CERMA, Jane informou que a partir de Julho/07 estas serão todas transmitidas pelo youtube em LIVE; a secretária disse que preparará e publicará os informes. Adiante, a palavra passou para os informes dos conselheiros. Elisete informou que fora enviado para os conselheiros pela Pastoral do Migrante os subsídios e materiais para a semana do migrante, que acontece em todo Brasil anualmente no mês de Junho, no caso em particular, de 13/06/2021 até 20/06/2021; salientou também que a semana do migrante sempre acontece em consonância à Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, com tema condizente. Isabella Traub pediu esclarecimentos quanto à definição da reunião ser transmitida pelo youtube, haja vista a preocupação com assuntos sigilosos tratados nas plenárias; a Sec. Jane explicitou que passaria informações a respeito do tema por e-mail e aguardar resposta de aprovação; Ana Felícia ainda informou, quanto às informações sigilosas, que é possível suspender a reunião na ocasião de se adentrar um tema delicado ou que não pode ser exposto; mas, de todo modo, a discussão do tema acontecerá na próxima reunião. A palavra prosseguiu nos informes. A conselheira Andressa prosseguiu com uma informação introduzida em relação à criação do CERMA de Maringá, do qual a proposta de criação já passou pela plenária da câmara de vereadores para votação e, sendo assim, criado o conselho, agora adentra o procedimento de conferência para eleição e afins; a conselheira sugeriu que o CERMA emita um documento de boas vindas ao novo conselho municipal; encaminhamento aprovado. Isabella informou: no dia 16 de Junho, das 14h às 17h, a Cáritas Brasileira/Regional PR e o Instituto de Políticas Migratórias realizarão uma capacitação para atendimento de migrantes e refugiados LGBTQI+, contando com a presença de diversas especialistas no tema – Isabella enviou link de inscrição no chat; adiante, informou que no dia 22 de Junho a Cáritas, com o apoio da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, promoverá o evento Diálogos, Reflexões, Refúgios, Fronteiras, Crises Institucionais e Pandemias em alusão ao dia do refugiado, contando inclusive com a participação de especialistas internacionais; transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=d1SfPZjJqFg>; e por fim, informou do evento MIGRART no dia 27 de Junho, também em parceria com a Cáritas Paraná, contando ainda com participação do ACNUR, Museu do Holocausto, Defensoria Pública da União, a Cátedra Sérgio Vieira de Melo e a Associação dos Africanos de Curitiba, também em alusão ao mês do refugiado, mas agora na perspectiva artística e na emancipação que esta possibilita. Prof. Jeferson informou que o programa de pós-graduação em Geografia da UEPG está com edital aberto para estrangeiros, com data prorrogada até 30 de Junho. A conselheira Kelly informou que a Divisão de Direitos do Migrante do DEDIF/SEJUF está realizando uma capacitação em parceria com a OIM, contando com um ciclo nomeado de 'Vez e Voz do Migrante', que vai de 23/06/2021 até 28/07/2021, todas as quartas feiras, no período da manhã. Cláudia, da OIM, reforçou o ciclo da DEDIF/SEJUF, e ainda

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

transmitiu informes da própria OIM: na semana do migrante, acontecerá uma oficina de capacitação com migrante, em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos e com foco em empregabilidade; informou ainda que a entidade reforçou a parceria com a Cáritas Nacional. Encaminhamento: quanto à criação do novo conselho municipal, ficou definido o envio de uma menção elogiosa e ainda dispor a lei de criação no site do CERMA/PR. Diante da ausência de eventos do CERMA em alusão ao Dia do Refugiado, propôs que a Mesa Diretiva pense na elaboração de algum documento a ser publicado. **Encerramento:** por fim, o CERMA realizou um minuto de silêncio em alusão às vidas perdidas para a pandemia do COVID-19. Após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, o vice presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha, e revisada pela secretaria executiva Jane Vasques do DEDIF/SEJUF.

**Encaminhamentos: 2. Apreciação e Aprovação da Pauta:** Aprovada a solicitação de que se realize a reunião plenária ordinária do CERMA no 24/06/2021, e que fique para Julho, dia 29/07/2021, a então reunião descentralizada, mantendo a ordem ulterior com a presença das representações de Foz do Iguaçu e Cascavel, a qual seria seguida de mais uma outra reunião descentralizada em agosto, mantendo-se com Pinhais, Piraquara, Colombo e Campo Largo, como supracitado, o que alteraria a sequência mensal previamente definida, evidentemente, mas garantiria as participações dos municípios. A SEC ainda disse que o tempo de fala delegado a cada município durante cada reunião será melhor determinado quando houver confirmação de presença, assim como será melhor compreendido após o enquadramento do que será solicitado na fala; após tais ajustes, a informação do tempo de fala definido pode ser repassado aos representantes dos municípios no início da reunião. **3. Aprovação da ata de abril:** - A secretária informou que enviará a ata (de abril) corrigida e a aprovação desta fica suspensa até a próxima reunião, no dia 24/06/2021. Para as próximas atas, o encaminhamento estabelecido foi: as correções continuam sendo solicitadas por e-mail, com prazos determinados de acordo com a proximidade da próxima reunião, e a SEC assume a prerrogativa de encaminhar a ata então corrigida aos conselheiros com tempo hábil para leitura até a aprovação na plenária; quanto aos lapsos de envio das atas, por conta da ausência de informação na lista de e-mail, esta demanda, informou-se, já está sendo suprida. **4. Relato das Comissões: 4.1 – Comissão de Comunicação e Eventos:** - Elabora-se um plano com a proposta para a criação das redes sociais e atualização do site – o plano será apresentado na próxima plenária. O vice-presidente sugeriu aos conselheiros que enviem aos membros da comissão os materiais que tiverem para disponibilizar no site e nas redes. **4.2 - Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos:** - Montar um pequeno grupo, para uma visita à ocupação de Araucária, para esse primeiro contato; - Sobre o protocolado sugere-se o encaminhamento à AT SEJUF, considerando suas atribuições esclarecendo as normas da CLT informada pelo DET; - Sobre o ofício a ALEP será encaminhado a mesa diretiva para aprovação; - Proposta de convidar a Receita Federal

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

para a reunião de julho para que possam apresentar a nota técnica que estão elaborando, com procedimentos de atendimento à migrantes; - Sugestão de um ofício do CERMA solicitando dados a PF. Em relação à venda de lotes, após o relato, o vice-presidente pediu que se estabeleça contato com a associação que represente os migrantes, caso ela exista, desse local em especial, e divulgar a situação, haja vista que a apropriação indevida de terreno é crime; a intenção da divulgação é que os migrantes possam realizar denúncias após ter contato com a informação. **4.3 – Comissão de Gestão da Informação:** - A proposta é de que se organize o questionário com perguntas relacionadas ao tema da migração e enviar para as ouvidorias das universidades públicas e particulares, inclusive as tecnológicas e institutos federais; - O Prof. Edson solicitou a inclusão de dois estudantes, futuros mestrandos de geografia UEPG, na comissão de gestão da informação como convidados, o que foi acatado e concordado pelos demais presentes na reunião. **4.4 – Comissão de Monitoramento e Políticas Públicas:** - Aprovar o envio de um ofício, reiterando a necessidade de resposta do ofício enviado pela SEJUF/DEDIF com as orientações para elaboração dos indicadores, verificar se há dificuldades na elaboração dos indicadores e nos colocarmos à disposição para uma reunião, caso necessário; sinalizar que será realizado uma oficina com OIM e ACNUR sobre o preenchimento dos indicadores. Sinalizar, ainda, tendo em vista o prazo de cada secretaria para a finalização da proposta orçamentária, que o ofício deve ser respondido o mais breve possível. **6. Nota Técnica – DAS:** Ficou definido que os que propuseram modificações e inclusões reunir-se-ão com a residente técnica Luana para ajustar o documento, afinal, com tais alterações; após a ação, repassarão o documento à Secretaria Executiva e esta colocará a aprovação da Nota Técnica como ponto de pauta da próxima reunião.